

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº DE 2024

(Do Sr. Deputado Julio Lopes)

Apresentação: 27/05/2024 12:50:15.010 - CMAD9

REQ n.38/2024

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *“A importância da normalização no enfrentamento de desastres ambientais”*.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 24, inciso III, combinado com o art. 255, ambos do RICD, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre a importância da normalização no enfrentamento de desastres ambientais.

Solicito, portanto, que sejam convidados para a Audiência os seguintes convidados:

- Sr. William Esper, Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Representante do Governo do Rio Grande do Sul (RS);
- Representante do Ministério Público (MP);
- Sra. Mauren Lazzaretti, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema);
- Representante da Defesa Civil; e
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).



JUSTIFICAÇÃO

Os recentes acontecimentos no Rio Grande do Sul voltaram a atenção do Congresso Nacional e da sociedade civil para os efeitos das mudanças climáticas. O aumento da frequência e intensidade dos desastres naturais em todo o território nacional nos últimos anos evidencia a urgência da normalização das políticas públicas que têm como objetivo mitigar as tragédias.

Apenas em 2023, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) registrou 1.161 eventos de desastres, em média, 3 desastres por dia¹. Foram, ao total, 716 desastres hidrológicos (61,6%), que são inundações, enxurradas e alagamentos, além de 445 geológicos (38,3%), como erosões, deslizamentos e afundamentos, o que resultou na morte de 132 pessoas, deixou 9.263 feridos, 74.787 desabrigados e 524.863 desalojados. Os números, além de alarmantes, chamam a atenção por se tratarem de recordes históricos.

É importante ressaltar que não se tratam de eventos esporádicos e aleatórios, mas representam uma crescente na série histórica. Dessa forma, torna-se crucial para o Brasil a normalização, o desenho e a implementação de políticas públicas e regulações capazes de mitigar não apenas os efeitos, mas também garantir a prevenção de eventos como esses.

Nesse sentido, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desempenha uma função primordial na promoção e reprodução do conhecimento, tanto teórico quanto prático, comprometendo-se com o auxílio e desenvolvimento tecnológico do país. A atuação da Associação se baseia na consolidação de guias e princípios técnicos internacionais aceitos que, apoiada por uma estrutura técnica e de auditores multidisciplinares, asseguram a credibilidade, ética e reconhecimento dos serviços

¹ Osório, Pedro. Brasil registrou mais de mil desastres naturais em 2023, segundo o Cemaden. **CNN**, 23/01/2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registrou-mais-de-mil-desastres-naturais-em-2023-segundo-o-cemaden/#:~:text=Foram%20registrados%201.161%20eventos%20de,registros%20de%202022%20e%202020>. Acesso em: 15/05/2024



prestados por profissionais altamente qualificados, inclusive na proteção ambiental, com iniciativas como a neutralidade de carbono (ABNT PR 2060) e a rotulagem ambiental (1950).

Assim, a presente audiência pública busca reunir membros do Poder Público e representantes da sociedade civil para debater a normalização no enfrentamento a desastres ambientais, subsidiando a formulação legislativa e de políticas públicas que combatam esse cenário em todos os estados do Brasil.

Diante do exposto, peço o apoio dos meus pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de de 2024.

Deputado JULIO LOPES
(PP-RJ)

